

1 **ATA DA 453ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA QUATRO DE MAIO DE**
3 **DOIS MIL E DEZESSETE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às quinze horas e quinze minutos, no
5 Auditório Lino Grützmacher, na AMMVI, em Blumenau /SC, realizou-se a quadringentésima
6 quinquagésima terceira Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale
7 do Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Botuverá, senhor José Luiz
8 Colombi e secretariada por mim, Michele Prada. A assembleia contou com a presença do senhor José
9 Gerson Gonçalves, prefeito do município de Apiúna; senhor Lairton Antônio Possamai, prefeito do
10 município de Ascurra; senhor Jean Michel Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo;
11 senhor Napoleão Bernardes Neto, prefeito do município de Blumenau; senhor José Luiz Colombi,
12 prefeito do município de Botuverá; senhora Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do município de
13 Doutor Pedrinho; senhor Kleber Edson Wan-Dall, prefeito do município de Gaspar; senhor Matias
14 Kohler, prefeito do município de Guabiruba; senhor André Luiz Moser, prefeito do município de
15 Indaial; senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode; senhor Marildo Domingos Felippi,
16 prefeito do município de Rio dos Cedros; senhor Paulo Roberto Weiss, prefeito do município de
17 Rodeio; senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó; senhor José Rafael Corrêa,
18 secretário executivo da AMMVI, além de demais interessados, conforme registro de presença.
19 Declarando aberta a assembleia, o presidente agradeceu a presença de todos e, constatando quórum
20 estatutário, deu início à reunião. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia,
21 assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 – Conselho Municipal de Bem-
22 estar Animal de Blumenau (Combea); 3 – Universidade Federal de Santa Catarina; 4 – Saneamento
23 básico e meio ambiente; 5 – Ações judiciais; 6 – Agendas institucionais; 7 – Assuntos gerais. Na
24 sequência, o presidente apresentou o item um, confirmando o recebimento antecipado da ata pelos
25 prefeitos, que foi encaminhada para deliberação por correio eletrônico e, não havendo manifestação
26 em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. Em prosseguimento, passou-se para o
27 segundo item da ordem do dia, momento em que o presidente passou a palavra ao presidente do
28 Conselho Municipal de Bem-estar Animal de Blumenau (Combea), senhor Luis Carlos Kreiwall,
29 médico veterinário e diretor da Diretoria de Bem-estar Animal da prefeitura de Blumenau. Ele relatou
30 a realidade do município, que não difere dos demais, no que tange a quantidade de animais domésticos
31 abandonados nas ruas, vaquejadas, puxadas de cavalo e abates de animais. Conforme ele, o maior
32 problema de Blumenau que permeia este assunto diz respeito aos cães de rua, cuja estimativa aponta
33 de quatro a seis mil animais errantes. Para resolver isso, exige-se ações mais complexas do que as
34 que envolvem o controle de população e comércio desses animais, pois é necessária a conscientização
35 de pessoas sobre a guarda dos animais e uma legislação própria que tome conta deste assunto. O
36 senhor Luis Carlos Kreiwall explicou que o Combea foi instituído pela Lei Complementar nº 955, de
37 15/12/2014, e é composto por catorze conselheiros bipartite de instituições públicas e privadas. Neste,
38 a AMMVI tem assento como entidade privada. O Combea é um órgão colegiado consultivo e tem
39 como objetivo garantir a representatividade social pela participação popular no planejamento,
40 discussão, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas voltadas à defesa e à garantia
41 do bem-estar animal em Blumenau. Além disso, o Conselho visa deliberar acerca de projetos e emitir
42 pareceres em plenário sobre consultas que lhe foram dirigidas e, junto ao Poder Executivo e
43 Legislativo Municipal, corroborar com a formação da dotação orçamentária para projetos voltados ao
44 bem-estar animal da cidade. Dentre as proposta do Combea para os municípios do Médio Vale estão:
45 definição de diretrizes para o bem-estar animal nos municípios componentes da AMMVI com
46 cronograma a ser cumprido; abordagem de temas que envolvem a guarda responsável de animais;
47 auxílio na criação de leis para regulação do comércio e cadastro de animais; subsídio nas ações de
48 combate aos maus tratos junto aos órgãos representativos de cada município; deliberação sobre

49 atividades voltadas à orientação de bem-estar animal que envolvem controle populacional de cães e
50 gatos, conscientização a respeito da guarda responsável de animais, controle do comércio de pequenos
51 animais, produção de animais e bem-estar, práticas desportivas que envolvem animais, bem-estar de
52 animais de tração, abate de animais e definição de maus tratos. O presidente do Combea propôs aos
53 prefeitos a criação de cartilha direcionada aos gestores dos municípios que compõem AMMVI, cujas
54 diretrizes deverão abarcar em duas frentes: uma destinada aos pequenos animais e outra aos de grande
55 porte. O senhor Luis Carlos Kreiwall falou que o Conselho objetiva iniciar um trabalho com os
56 municípios para que estes se comprometam a promover a guarda responsável de animais, o controle
57 populacional de cães e gatos e a definição de maus tratos; a estipular métodos de controle e
58 rastreamento do comércio de pequenos animais; a substituir práticas desportivas que maltratem
59 animais; a promover o bem-estar de animais de tração e a fiscalizar o abate humanitário de animais.
60 O prefeito Ércio Kriek falou da importância de buscar melhorias para os animais de rua, cuja
61 população tem aumentado nos municípios. Ele questionou o presidente do Combea sobre a
62 necessidade de se ter um centro regional de controle de zoonoses. O senhor Luis Carlos Kreiwall
63 disse que o centro de controle de zoonoses tem algumas prioridades de trabalho, dentre elas, controle
64 de endemias e animais peçonhentos e de população de animais de rua. No entanto, ele explicou que
65 atualmente as cidades de grande porte já vêm tratando esta questão de forma diferente e
66 interrompendo a coleta de animais de rua, pois se deve combater a origem do problema, que está no
67 ser humano, o qual é responsável pelo abandono destes animais. O prefeito André Luiz Moser
68 perguntou se um mutirão de castração dos animais de rua em toda a região colaboraria com a
69 diminuição desta população ou seria ineficiente. Para o senhor Luis Carlos Kreiwall é necessário
70 fazer esta ação de forma planejada e envolvendo outras entidades, as empresas e a população, pois
71 ações isoladas e locais serão ineficientes. O secretário executivo da AMMVI sugeriu que a entidade
72 e o Combea encabeçam um estudo sobre este assunto, envolvendo principalmente a castração, a
73 chipagem e a conscientização da população. O prefeito André Luiz Moser frisou que uma iniciativa
74 regional é imprescindível para ampliar o efeito. Continuando a assembleia, o terceiro assunto em
75 pauta - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - foi apresentado pela professora doutora Ana
76 Júlia Dal Forno, vice-diretora do campus da UFSC Blumenau e o professor doutor Eduardo Lobo,
77 coordenador do Departamento de Ciências da Administração da UFSC. A professora apresentou uma
78 proposta de curso de especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal, promovido pela UFSC.
79 Segundo ela, esta é uma solicitação antiga da região, porém, em análise sobre a possibilidade de
80 ofertar curso de graduação em Administração Pública, a Universidade avaliou impossibilidade pela
81 dependência do Ministério da Educação (MEC) em abrir novas vagas. Diante deste limitante, a
82 coordenação da UFSC permitiu a proposta de especialização presencial. Além disso, o levantamento
83 da Universidade apontou que a região possui cerca de oito mil pessoas aptas a cursar uma
84 especialização, o que pode contribuir para este curso em Blumenau. Conforme a proposta, trata-se de
85 um curso de pós-graduação presencial com carga horária de quatrocentos e trinta e cinco horas, com
86 docentes da UFSC e convidados externos, concebido para demanda específica e histórica. As aulas
87 poderão ocorrer na sede da AMMVI ou na UFSC, *campus* Blumenau, nas sextas-feiras e nos sábados,
88 a cada quinze dias. O público-alvo é constituído por servidores públicos municipais, com nível
89 superior, lotados nos municípios associados. Serão quinze meses para o desenvolvimento das
90 disciplinas, seis meses para a elaboração e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
91 e três meses, ao final do curso, para relatoria, registro, certificação e apresentação de resultados
92 institucionais. Estima-se matricular três estudantes por município associado à AMMVI, chegando a
93 quarenta e dois alunos por oferta. Depois das definições técnicas e operacionais, será apresentada
94 minuta de contrato tripartite entre AMMVI/Fundação/UFSC. A aula inaugural está prevista para o
95 início de setembro de dois mil e dezessete. Segundo a professora, o desenho instrucional do curso
96 considerou a demanda proposta pela AMMVI e as características da gestão pública municipal. Busca-

97 se construir soluções a partir das aulas e dos materiais trazidos pelos docentes do curso. O corpo
98 docente é constituído por profissionais com ampla experiência acadêmica e de gestão pública e
99 privada, e participantes atuantes da gestão da UFSC. Tem-se profissionais com ampla bagagem
100 acadêmica, que exercem ou exerceram funções de reitor, pró-reitor, diretor, chefe de departamento,
101 secretário municipal, consultor, entre outros. Para a integralização da carga horária do curso estão
102 previstas atividades semipresenciais por meio de ambiente virtual de aprendizagem, com videoaulas
103 e materiais didáticos básicos e complementares, para compor até 20% da carga horária do curso. A
104 operacionalização por meio de Fundação de Apoio à Universidade. Em sua fala, o professor Eduardo
105 Lobo apresentou o corpo docente do curso e ressaltou que o mesmo objetiva compreender as
106 problemáticas municipais apresentadas pelos estudantes e, juntos, encontrar soluções para a região.
107 O professor disse ainda que este é o momento de discussão e avaliação da proposta, e que poderá ser
108 aprimorada e adequada às necessidades dos municípios. O processo de seleção será ainda discutido,
109 mas a sugestão é que fique à cargo do Município ou da AMMVI a divulgação e seleção dos
110 estudantes. O presidente da AMMVI sugeriu que a proposta seja analisada com cautela e
111 posteriormente discutida entre os prefeitos. Os prefeitos salientaram ainda que o custeio das
112 mensalidades deverá ser discutido, pois deve-se analisar a legalidade e a disponibilidade financeira
113 dos municípios. Na sequência, no quarto assunto - saneamento básico e meio ambiente – o secretário
114 executivo da AMMVI informou que o coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio
115 Ambiente do MP/SC, senhor promotor de justiça Paulo Antônio Locatelli, confirmou presença na
116 reunião entre prefeitos e promotores no dia dez de maio, às dez horas, no auditório da Associação.
117 Na mesma data, às nove horas, será realizada a reunião do Colegiado de Secretários Municipais de
118 Fazenda da AMMVI. Na ocasião, é relevante a presença de algum prefeito e em pauta será tratado
119 sobre arrecadação municipal. Após, a assessora de Saneamento e Meio Ambiente da AMMVI,
120 senhora Simone Gomes, lembrou os prefeitos que desde dois mil e quinze a Associação tem um grupo
121 de trabalho sobre terraplanagem com o objetivo de auxiliar os municípios na regulamentação deste
122 tipo de serviço de movimentação de terra. Neste grupo estão representantes dos municípios,
123 Universidade Regional de Blumenau (Furb) e Ministério Público do Estado de Santa Catarina
124 (MP/SC). Ao final do estudo, chegou-se a uma proposta de regulamentação, a qual foi encaminhada
125 no dia vinte de março aos prefeitos para análise, cujas críticas e sugestões poderiam ser encaminhadas
126 à AMMVI. O prazo para avaliação foi até dia vinte de abril, porém, até o momento, somente quatro
127 municípios enviaram retorno. Em função disso, a senhora Simone Gomes questionou se os prefeitos
128 tiveram conhecimento do documento e se têm algo a pontuar. A iniciativa visa padronizar a
129 terraplanagem, desde o serviço até a documentação exigida, uma vez que esta atividade traz grande
130 impacto aos municípios. O prefeito Ércio Kriek salientou que antes da aprovação do documento, os
131 prefeitos devem discutir a proposta com as respectivas equipes e pediu que a proposta seja novamente
132 encaminhada aos prefeitos. O secretário executivo pediu que os prefeitos analisem o documento até
133 dia dezanove de maio e enviem as sugestões para a AMMVI. Em seguida, a assessora falou sobre o
134 diagnóstico socioambiental – que permitirá flexibilidade das Áreas de Preservação Permanente
135 (APPs) nas Áreas Urbanas Consolidadas (AUCs) – em que a AMMVI vem trabalhando desde o ano
136 passado, em princípio com Indaial e Rio dos Cedros, e neste ano abrangeu os demais municípios do
137 Médio Vale. Em abril foi realizada uma reunião sobre o assunto com os técnicos dos municípios
138 indicados pelos prefeitos, porém, na ocasião somente quatro municípios estiveram presentes. A
139 senhora Simone Gomes pontuou que esta reunião era muito importante, pois seriam apresentados
140 alguns resultados. Como a participação não foi suficiente, foi agendada nova reunião e ela aproveitou
141 o momento para pedir a articulação dos prefeitos com os respectivos técnicos municipais para
142 participarem no dia nove de maio, às catorze horas e trinta minutos, na Associação. Com relação aos
143 municípios que participaram da reunião de abril, foi encaminhado com eles os primeiros
144 mapeamentos e solicitado o estudo destes junto aos prefeitos. O secretário executivo acrescentou que


145 dentro do diagnóstico socioambiental está sendo trabalhado o mapeamento feito pelo sistema HAND,
146 em que a Associação fez parceria para viabilizar os serviços para os municípios-piloto do projeto.
147 Atualmente, a AMMVI está negociando valores com a Furb para tentar continuar com este trabalho
148 neste ano. Após, a senhora Simone Gomes falou sobre a revisão dos Planos Municipais de
149 Saneamento Básico, em que a Associação vem auxiliando os municípios. Ela salientou que alguns
150 municípios devem iniciar este processo o mais breve, dentre eles Botuverá e Brusque. A senhora
151 Simone Gomes frisou ainda que os prefeitos cobrem dos técnicos responsáveis pela revisão dos
152 Planos o repasse de informações para a AMMVI, pois, além disso, a assessoria da Associação está
153 enfrentando dificuldades inclusive para o agendamento de reuniões por falta de disponibilidade dos
154 técnicos municipais. Em seguida, a assessora informou ainda que há obrigatoriedade de os municípios
155 adequarem e/ou formarem os conselhos municipais para acompanhamento do saneamento básico.
156 Sendo esta uma obrigatoriedade da Política Nacional de Saneamento Básico, alguns municípios
157 criaram tais conselhos, porém alguns municípios enfrentam dificuldades em manter os conselhos em
158 funcionamento. Segunda ela, ano passado os municípios receberam ofícios da Fundação Nacional de
159 Saúde (Funasa) cobrando a situação destes conselhos, em que a criação e o funcionamento dos
160 mesmos são indispensáveis para o recebimento de recursos federais. Para acompanhar este
161 andamento, a AMMVI solicitou aos técnicos municipais informações a respeito destes conselhos ou
162 então de outros já existentes no município e que poderiam assumir esta atribuição, para posterior
163 análise da adequação. Vale ressaltar que é possível legalmente que o Concidades ou Conselho de
164 Saúde tenha esta atribuição. Por fim, a senhora Simone Gomes falou sobre o Termo de Ajustamento
165 de Conduta (TAC) na área do saneamento básico. Segundo ela, início deste ano foi o prazo que o
166 MP/SC deu aos municípios para o encaminhamento do sexto relatório. Diante disso, a Associação
167 solicitou aos municípios cópia deste relatório para análise e acompanhamento. Até o momento houve
168 retorno de Benedito Novo, Botuverá, Doutor Pedrinho, Indaial e Rio dos Cedros. Aos demais, a
169 assessora pediu que os prefeitos lembrem os técnicos para enviar o relatório à AMMVI após
170 protocolado no MP/SC. O presidente da Associação reforçou a cobrança sobre os técnicos, pois são
171 temas imprescindíveis que devem ser mantidos atualizados. Progredindo a reunião, no quinto item da
172 ordem do dia - ações judiciais - o secretário executivo informou que este assunto seria abordado pela
173 Federação Catarinense de Municípios (Fecam), porém, diante da impossibilidade de comparecimento
174 de representantes desta entidade, o tema será tratado na próxima assembleia de prefeitos. Este tema é
175 de grande relevância porque alguns prefeitos têm sido surpreendidos com ações judiciais. O prefeito
176 Paulo Roberto Weiss observou que os gestores públicos devem ter cautela com a contratação de
177 profissionais que prometem recuperação de recursos. Além disso, relatou um caso ocorrido no
178 município que pode comprometer significativamente os cofres municipais. O senhor José Rafael
179 Corrêa complementou a fala citando algumas ações judiciais sofridas pelos municípios gerando ônus
180 aos cofres públicos, como também alguns casos em que os municípios venceram as ações
181 administrativamente. Em continuidade, o sexto assunto - agendas institucionais - foi tratado pelo
182 secretário executivo, o qual informou que no dia nove de maio, o presidente da AMMVI participará
183 de reunião de pauta do Conselho Político da Fecam, em que estarão em pauta assuntos como:
184 pagamento do Fundo Social, judicialização da saúde, Projeto de Lei do Parcelamento do Solo (PL
185 330.5/2016), veto do Imposto sobre Serviços (ISS) e demais assuntos de interesse do movimento
186 municipalista. Além disso, para o mesmo dia os prefeitos foram convidados para um movimento do
187 Sindilojas, em Florianópolis, às onze horas, em que será tratado sobre a rodovia BR-470. O presidente
188 informou que no dia vinte e cinco de abril, às onze horas, ele e os prefeitos Jean Michel Grundmann,
189 Ércio Kriek, Jorge Augusto Krüger e a prefeita Simoni Mercia Mesch Nones estiveram reunidos com
190 o secretário de Estado da Infraestrutura, senhor Luiz Fernando Vampiro e o presidente do
191 Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra), senhor Wanderley Teodoro Agostini, em
192 Florianópolis. Na ocasião, foram discutir sobre municipalização das rodovias e conservação dos

193 trechos Pomerode – Jaraguá do Sul, Doutor Pedrinho – Benedito Novo – Timbó, Timbó – Rio dos
194 Cedros, Gaspar – Brusque, Gaspar – Ilhota, e Botuverá – Vidal Ramos. Os prefeitos ressaltaram as
195 dificuldades que vêm enfrentando na manutenção das rodovias. Sobre a municipalização, o senhor
196 Wanderley Teodoro Agostini disse que o decreto para municipalização está no gabinete do
197 governador, que o Deinfra apoia a municipalização dos trechos urbanos e garantiu que serão
198 municipalizados somente os trechos que os municípios tiverem interesse. Em deliberação, o Deinfra
199 se responsabilizou em agendar uma reunião em Blumenau entre prefeitos, Agências de
200 Desenvolvimento Regional, superintendência do Deinfra e secretaria de Estado para encontrar
201 solução a estas problemáticas. Ainda no dia vinte e cinco, às catorze horas, os prefeitos se reuniram
202 também com o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)
203 Regional de Santa Catarina, senhor Vissilar Pretto, para tratar sobre a rodovia BR-470, andamento da
204 obra, processo de concessão e recursos. Este disse que prevê ainda para este ano o mutirão para as
205 desapropriações e que o Dnit sofreu contingenciamento de recursos, por isso a obra está em ritmo
206 aquém do esperado. Ele garantiu ainda que parte dos recursos estão assegurados para este ano, porém
207 é necessário o aporte de mais valores. Quanto ao processo de concessão, o superintendente afirmou
208 que acontecerá, porém é necessário agilizar a duplicação para que a taxa de pedágio seja mais
209 acessível. Em deliberação, o Dnit se encarregou de agendar uma reunião com o ministro dos
210 Transporte, Portos e Aviação Civil, senhor Maurício Quintella Lessa, para o mês de maio,
211 preferencialmente nas datas que os prefeitos estiverem participando da Marcha a Brasília. Uma vez
212 marcado este encontro, serão convidados os prefeitos da Associação dos Municípios do Alto Vale do
213 Itajaí (Amavi) e da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri), Fórum Parlamentar
214 Catarinense, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Federação das Câmaras
215 de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL), Sindilojas Blumenau e movimentos pró-duplicação.
216 O senhor Vissilar Pretto reforçou que é necessária força política para garantir recursos, pois não se
217 pode permitir a diminuição do atual orçamento. Atualmente o andamento da obra está em 18% no
218 lote um (Navegantes – Ilhota), 44% no lote dois (Ilhota – Gaspar), 6% no lote três (Gaspar –
219 Blumenau) e nada iniciado no lote quatro (Blumenau – Indaial). Prosseguindo para assuntos gerais,
220 o secretário executivo lembrou que a XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios este ano será
221 de quinze a dezoito de maio. O evento deverá reunir mais de cinco mil gestores públicos de todo o
222 país. A AMMVI está montando o levantamento com informações da comitiva, que contém dados
223 sobre hospedagem e horários dos deslocamentos. Em seguida, o senhor José Rafael Corrêa abordou
224 sobre os debates que estão acontecendo acerca do tema região metropolitana e ressaltou que este
225 assunto deverá ser analisado com cautela. A preocupação dos prefeitos está ainda na criação de mais
226 estruturas, pois isso vai onerar o Estado, sendo que a adequação das instituições já existentes pode
227 ser suficiente. Seguindo em assuntos gerais, o secretário executivo comentou sobre as receitas
228 municipais deste ano, explicando que os dados comprovam que as receitas municipais estão
229 apresentando leve recuperação, pois o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Imposto
230 sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estão acima da inflação. A perspectiva é que este
231 ano os municípios recebam ainda recursos da repatriação e que em junho sejam distribuídos aos
232 municípios os recursos oriundos do ICMS referente os depósitos das Centrais Elétricas de Santa
233 Catarina S.A. (Celesc) que foram direcionados ao Fundo Social. Quanto ao Plano de Ação, o senhor
234 José Rafael Corrêa explicou que a AMMVI está dando encaminhamento aos projetos e frisou que foi
235 enviado aos municípios questionários solicitando informações nas áreas da patrimônio, almoxarifado
236 e frotas. Tais dados serão necessários para montar um curso aos servidores públicos que atuam na
237 área, como também aprimorar estas atividades nos municípios. O secretário executivo lembrou ainda
238 que nos dias onze e doze de maio a Associação vai promover a Capacitação para Integrar Plano
239 Estratégico de Governo com Plano Plurianual, com o objetivo de habilitar os agentes públicos para
240 realizar o planejamento do governo que vai orientar e embasar a elaboração do plano plurianual. O secretário

241 executivo informou ainda que no dia vinte e cinco de maio, os prefeitos foram convidados para
242 agendas relevantes na AMMVI. Na data, pela manhã, os prefeitos terão reunião com técnicos do
243 Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), contadores públicos, controladores
244 internos municipais, secretários municipais de Administração e Finanças e procuradores. O encontro
245 objetiva aproximar o relacionamento da Corte catarinense com os municípios e o esclarecimento de
246 alguns temas polêmicos. Em pauta, estarão: relacionamento das Administrações Municipais e
247 TCE/SC; Instrução Normativa nº 20; revisão da Instrução Normativa nº 14; e-Sfinge; Lei nº 13.019;
248 Lei Anticorrupção; certidões; controle interno; Observatório da Despesa Pública (ODP); gastos com
249 publicidade; Ciclo de Estudos da Administração Pública; avaliação dos Planos de Educação; IEGM;
250 e Plano Plurianual (PPA). O TCE/SC estará representado pelo assessor da Presidência, senhor
251 Leocádio Schroeder Giacomello; pelo diretor-geral de Controle Externo (DCGE), senhor Carlos
252 Tramontin; pelo diretor de Controle dos Municípios (DMU), senhor Moisés Hoegenn; e pelo auditor
253 fiscal de controle externo, senhor Geraldo José Gomes. À tarde, ter-se-á reunião com os Colegiados
254 de Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais. Por fim, a programação do dia encerra
255 com a palestra do ex-ministro-chefe da Controladoria Geral da União (CGU) sobre compliance,
256 controles internos, ouvidoria e transparência. O prefeito Ércio Kriek pediu para incluir nos temas com
257 o TCE/SC sobre manutenção da frota e aquisição de peças para as máquinas, pois os municípios
258 precisam de mais orientações a respeito deste assunto. Em seguida, o senhor José Rafael Corrêa
259 informou que os municípios receberam do TCE/SC um questionário que fornece dados para a
260 formação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), que é um indicador que mensura a
261 qualidade das políticas e atividades dos municípios brasileiros, nas dimensões educação, saúde,
262 planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da
263 informação. Ele apura a qualidade dos gastos públicos e dos investimentos realizados, a efetividade
264 das políticas públicas e faz a mensuração dos serviços prestados ao cidadão. Ano passado também
265 foi feito este levantamento e, como alguns municípios não responderam à pesquisa, gerou índices
266 baixos a alguns municípios. Em função disso, o secretário executivo da AMMVI recomenda que os
267 prefeitos acompanhem isso e verifiquem se os técnicos responderam ao documento. Da mesma forma,
268 o senhor José Rafael Corrêa alertou que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
269 também está circulando com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) em que,
270 periodicamente, o instituto efetua um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura,
271 a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura,
272 compreendendo, também, diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a
273 municipalidade. Em continuidade, o presidente da AMMVI passou a palavra ao presidente da
274 Comissão Intergestores Regional (CIR) e secretário municipal de Saúde e Bem-estar Social de
275 Benedito Novo, senhor Ronie Gilberto Loewen. O presidente disse que está atendendo a uma
276 solicitação da CIR, cujo colegiado solicitou participação nas pautas das assembleias para relato aos
277 prefeitos dos problemas regionais. O presidente da CIR falou sobre o andamento dos mutirões de
278 cirurgias eletivas no estado, em que a Secretaria de Estado da Saúde avisou que as cirurgias estão
279 suspensas no segundo trimestre deste ano por falta de recursos financeiros. O secretário de Estado da
280 Saúde pediu prazo até dia quinze de maio para dar um retorno sobre o assunto. Além destes, há outros
281 municípios aguardando a homologação e o credenciamento das equipes pelo governo federal dos
282 serviços que já estão sendo prestados. O senhor Ronie Gilberto Loewen passou a palavra ao diretor
283 executivo do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cisamvi), senhor Cleones Hostins,
284 o qual relatou a dificuldade que o consórcio vem enfrentando na compra de aproximadamente vinte
285 itens da lista de medicamentos. Segundo ele, estes itens são os mais procurados pela população e isso
286 tem gerado desconforto nos municípios. Algumas destas empresas conseguem comprovar que a falta
287 de medicação está alheia a qualquer imposição no preço, porém, a empresa que foi a primeira
288 classificada no maior número de itens não consegue cumprir com os valores acordados e logo pede

289 reequilíbrio de preços. Após as devidas notificações, o Consórcio deverá chamar a empresa em
290 segunda classificação, porém isso não sustenta a economicidade. Todo este processo e trâmites legais
291 têm prejudicado o fornecimento dos medicamentos e ocasionado atraso à população. O senhor Ronie
292 Gilberto Loewen orientou que, frente a qualquer dúvida, os prefeitos peçam orientação ao Cisamvi,
293 inclusive para compra direta, de forma que as ações sejam padronizadas. O presidente da AMMVI
294 pediu para descrever sobre a ajuda financeira aos hospitais. O secretário disse que a sugestão da CIR
295 é que os convênios para repasse de ajuda financeira aos hospitais ocorra entre os municípios e não
296 mais entre município e entidade. Avançando para o fim da reunião, o senhor José Rafael Corrêa
297 informou que o presidente assinou uma carta de apoio da AMMVI ao município de Gaspar, o qual
298 está se candidatando a receber a oitava edição do Fórum Catarinense de Gestores Municipais de
299 Cultura, a realizar-se em dois mil e dezoito. Ele também informou que nova data será marcada para
300 a entrega do processo de registro do modo de saber fazer do queijo kochkåse da região do Vale do
301 Itajaí como bem cultural de natureza imaterial junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
302 Nacional (Iphan). A primeira data estava como dezessete de maio, porém, como os prefeitos estarão
303 na capital federal participando da XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a organização
304 do evento decidiu transferir a data a fim de garantir participação dos chefes dos Executivos
305 Municipais. O secretário executivo informou também que a AMMVI recebeu um ofício da Furb
306 solicitando renovação do convênio para repasse de recursos financeiros para manutenção do Centro
307 de Operação do Sistema de Alerta da Bacia do Itajaí (Ceops). Ele disse que em reunião da Associação
308 com o secretário de Estado da Defesa Civil, senhor Rodrigo Moratelli, este orientou que, caso o Ceops
309 solicitasse recursos para manutenção, este assunto fosse tratado também com a secretaria de Estado
310 do Desenvolvimento Sustentável (SDS). Os prefeitos da AMMVI deliberaram que vão procurar o
311 secretário Carlos Alberto Chiodini para tratar do assunto e cobrar o apoio financeiro do Estado. Após,
312 o secretário executivo falou sobre a votação da derrubada do veto à reforma do ISS. O movimento
313 municipalista busca a derrubada aos trechos vetados pelo governo federal da Lei da Reforma do ISS
314 (Lei Complementar 157/2016), que estabelece uma nova redistribuição do valor arrecadado com o
315 tributo entre os municípios. Os prefeitos, liderados pelas entidades municipalistas, estão cobrando
316 dos parlamentares a votação em favor da derrubada do veto. A AMMVI também já se pronunciou
317 sobre o assunto e enviou correspondência ao Fórum Parlamentar Catarinense apelando apoio na
318 votação. Segundo o senhor José Rafael Corrêa, alguns senadores e deputados parlamentares já
319 manifestaram apoio aos municípios. Atualmente, o valor arrecadado é destinado aos municípios onde
320 as empresas que prestam o serviço do cartão de crédito e afins estão instaladas, ou seja, as grandes
321 cidades arrecadam praticamente a totalidade do imposto, pois alocam o maior número de empresas
322 prestadoras deste tipo de serviço. Em contrapartida, os municípios pequenos ficam desprovidos das
323 receitas, embora também forneçam o serviço em suas localidades. Se o veto não for derrubado, essa
324 forma injusta de distribuição do imposto seria mantida. Os trechos vetados pelo Planalto tratam da
325 mudança do local de recolhimento do imposto, ou seja, se a lei fosse sancionada como expressa no
326 texto aprovado pelo Congresso no fim do ano passado, os serviços de administração de cartões de
327 crédito e débito passarão a ser recolhidos onde está estabelecido o tomador do serviço. Além disso, o
328 ISS das operações de leasing - arrendamento mercantil - e planos de saúde também seriam devidos
329 no domicílio do tomador. Finalizando a assembleia, o prefeito Napoleão Bernardes Neto relatou que,
330 na sua última viagem em Brasília, visitou o Ministério das Cidades e há perspectiva de que, se
331 concretizar-se, pode ser interessante no aspecto de mobilidade, infraestrutura e pavimentação aos
332 municípios. O ministério está montando um programa de financiamento com quatro anos de carência
333 e prazo de pagamento em até vinte anos e taxa de juros mais acessível do que os bancos públicos
334 atualmente estão praticando. O ministério pretende lançar este programa com R\$ 7.000.000.000,00
335 (sete bilhões de reais), com perspectiva de fornecer financiamentos de até R\$ 5.000.000,00 (cinco
336 milhões de reais) sem a necessidade de passar pela Secretaria do Tesouro Nacional, o que já abrevia

337 o tempo de aprovação. O prefeito sugeriu que os prefeitos já envolvam as equipes de planejamento e
338 obras para diagnosticar as prioridades e elaborar projetos, agilizando o processo. Após, o prefeito
339 reportou a conversa que teve com representante do Sindilojas e do Comitê da Duplicação da BR-470.
340 Tais entidades estão atuando em prol da duplicação da rodovia BR-470 e mobilizando entidades
341 empresariais. Em princípio, estas entidades sensibilizaram os sindicatos patronais da região da Foz
342 do Rio Itajaí e do Médio Vale, pois eles vislumbram que a duplicação sendo concluída na região do
343 Médio Vale, o trecho do Alto Vale do Itajaí tem possibilidade de possuir valor acessível de pedágio.
344 Após isso, as entidades promoveram articulação junto às representações empresariais e agora estão
345 buscando mobilização com lideranças políticas, a fim de fortalecer o movimento. Diante disso, o
346 Comitê pediu que a AMMVI marque uma reunião entre os prefeitos da Associação, da Amfri e da
347 Amavi, que o Sindilojas e o Comitê mobilizarão com as lideranças empresariais. O presidente afirmou
348 que a AMMVI vai marcar a data e mobilizar as entidades envolvidas neste projeto. Por fim, nada
349 mais havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença
350 de todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será
351 assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da AMMVI.



José Luiz Colombi
Presidente
Prefeito de Botuverá



José Rafael Corrêa
Secretário Executivo



Michele Prada
Assessora de Relações Públicas

352